BANCO PAN S/A ADVOGADO: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS OAB/RJ-111030 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. MARIANNA FUX** Ementa: AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. ALEGAÇÃO AUTURAL DE QUE PRETENDIA CELEBRAR CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, SENDO SURPREENDIDA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. CONTRATO NÃO APRESENTADO PELO RÉU. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PARA DECLARAR A INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA E DO DÉBITO E CONDENAR O RÉU A RETIFICAR O CONTRATO PARA EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO, READEQUANDO OS JUROS REMUNERATÓRIOS À RESPECTIVA TAXA MÉDIA DE MERCADO, VEDANDO A INCIDÊNCIA DE ANATOCISMO E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, ADOTANDO O IGP-M COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO, FIXANDO JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS E MULTA DE 2% SOBRE O VALOR EM ATRASO E DETERMINANDO A DEVOLUÇÃO SIMPLES DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. APELAÇÃO DE AMBAS AS PARTES. 1. Preliminar de nulidade do decisum por ausência de citação do réu afastada. Réu que, ao se manifestar nos autos em resposta ao ofício recebido, requereu a inclusão do nome de patrono específico, regularizando, posteriormente, sua representação. Forçoso reconhecer que teve ciência da existência do feito, sendo certo que o comparecimento espontâneo supre a falta de citação. Precedente: AgInt no AREsp 1032132/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 04/05/2017, DJe 18/05/2017.2. Preliminar de ilegitimidade para figurar no polo passivo rejeitada, na medida em que o próprio réu admite ter adquirido parte da carteira de cartões de crédito consignados pertencentes ao Banco Cruzeiro do Sul, de forma que a ele são direcionados os valores descontados dos contracheques da autora desde então. 3. O efeito devolutivo da apelação somente permite que o órgão ad quem aprecie o capítulo da sentença impugnado, conforme art. 1.013, caput, do NCPC (art. 515, caput, CPC/73); verbis: "A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada."4. Não houve recurso autoral quanto ao capítulo da sentença que condenou o réu à repetição do indébito na forma simples. Dessa forma, não houve devolução da matéria ao tribunal, estando a decisão preclusa neste ponto, com força de coisa julgada.5. A responsabilidade é objetiva nas relações de consumo, à luz do art. 14 do CDC, podendo ser afastada pela culpa exclusiva do consumidor, de terceiro ou fortuito externo. Precedente: Agravo de Instrumento 0009608-61.2016.8.19.0000, Rel. Des. WERSON REGO, Julgamento: 02/03/2016, 25ª Câmara Cível. 6. A autora sustentou que celebrou dois contratos de empréstimo consignado com o Banco Cruzeiro do Sul nos valores de R\$ 4.200,00 e R\$ 5.000,00, totalizando a quantia de R\$ 9.200,00, a serem pagos mediante desconto mensal de R\$ 199,22 em seu contracheque. Aduziu que, contrariamente aos termos acordados, a instituição financeira concedeu cartão de crédito com limite de saque, estabelecendo o valor de R\$ 199,22 como pagamento mínimo das faturas de consumo enviadas, razão pela qual, ante a incidência de encargos moratórios, jamais conseguirá quitar a dívida crescente.7. Réu que não fez juntada do contrato assinado pela autora, explicando, em sua peça de bloqueio, que a rubrica "empréstimo sobre RMC", constante no contracheque da consumidora, identifica a reserva de margem consignável tanto para empréstimo quanto para financiamentos por cartão de crédito, de forma que não comprovou a transparência da contratação entabulada.8. Verossimilhança das alegações autorais, na medida em que a autora sequer utilizou o cartão de crédito para efetuar compras, conforme se depreende das faturas de consumo juntadas.9. De forma abusiva, o capital emprestado deu-se por intermédio de saque no sistema rotativo, permitindo a evolução infinita da dívida, enquanto que, para a modalidade de empréstimo pessoal, exige-se que o contrato seja extinto em prazo determinado, a depender da quantidade de parcelas definida.10. A modalidade utilizada pelo banco, sem previsão contratual, regulamentar e legal, fere frontalmente o caráter provisório da relação jurídica, ao deixar de estipular prazo para o cumprimento da obrigação, que é da essência do direito obrigacional, por não se permitir obrigações de caráter perpétuo. 11. Nem se diga que é "... lícito às partes estipular contratos atípicos" (art. 425 do CC), porquanto, além de haver regra para o contrato de cartão de crédito, a estipulação deve observar as normas gerais fixadas no código civil, notadamente, as previstas nos seus artigos 421 e 422, os quais dispõem: "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato" e "Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Sem se escusar de que estamos diante de relação jurídica de consumo, protegida constitucionalmente, incidindo o microsistema normativo do CDC que desempenha importante papel na relação entre os agentes econômicos, na medida em que inseriu diversos mecanismos para coibir práticas abusivas e estabelecer o equilíbrio entre os contratantes.12. Importante deixar claro que não se está reconhecendo a impossibilidade de todo e qualquer empréstimo pessoal consignado através de cartão de crédito, sendo possível desde que realizado dentro do limite legal, com a apresentação do CET - (Custo Efetivo Total), juros pré-fixados e número de parcelas, permitindo o pagamento em tempo certo, além de constar essa modalidade de forma clara, objetiva e em igual destaque às demais informações relativas ao contrato de empréstimo (art. 31, dos parágrafos 1º e 3º do art. 37 e dos parágrafos 3º e 4º do art. 54 CDC). 13. Resta patente que a intenção era a aquisição da contratação de mútuo consignado, por oferecer taxa de juros menor, e não a utilização do limite rotativo de cartão de crédito. No caso em exame, o contrato teria sido celebrado em 2008, porém, mesmo após anos de descontos, a autora ainda não conseguiu adimplir a dívida, que, na forma praticada, é impagável.14. Não restou comprovado que a consumidora tinha ciência da avença, deixando o demandado de apresentar os contratos assinados, não se desincumbindo do ônus probatório, nos termos do art. 373, II, do CPC/15. Precedentes: Apl. 0270130-04.2015.8.19.0001. Rel. Luiz Fernando de Andrade Pinto. Jul. 27/07/2016, Apl. 0017135-34.2012.8.19.0023. Relatora. Des. Sandra Santarém Cardinali. 26º Câmara Cível de Consumo. Jul 28/07/2016, 0003118-53.2015.8.19.0066. Rel. Jean Albert de Souza Saadi. Data: 18/05/2016. Vigésima Quinta Câmara Cível Consumidor.15. Não se sustenta a alegação de ausência de responsabilidade por qualquer falha na contratação porque adquiriu parte da carteira dos contratos de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A, diante do disposto no artigo 7º, parágrafo único e artigo 25, §1º, ambos do Código de Defesa do Consumidor, restando caracterizada a solidariedade entre aqueles que fizeram parte da cadeia de consumo.16. Em que pese a magistrada a quo ter reconhecido a inexistência de relação contratual, a decisão merece reforma neste ponto, uma vez que a autora não nega a existência de relação jurídica na hipótese, tão somente o vício quanto à modalidade de contratação, impondo-se a declaração da nulidade do contrato, diante do vício informacional por omissão relevante do negócio jurídico, estabelecendo "obrigações iníquas, abusivas, colocando o consumidor em desvantagem exagerada, incompatível com a boa-fé e equidade" (inciso IV do artigo 51 do CDC).17. Manutenção da conversão do contrato objeto da lide em empréstimos consignados em folha de pagamento, com juros remuneratórios pela taxa média anual praticada pela instituição financeira para empréstimo pessoal, na data do contrato, de acordo com a tabela expedida pelo Banco Central, vedada a incidência de anatocismo e comissão de permanência, uma vez que inexistente cláusula contratual expressa nesse sentido, aplicando-se juros de mora de 1% ao mês e multa à razão de 2% sobre o valor da prestação em atraso. 18. O réu pugnou pelo afastamento da aplicação do índice IGP-M de correção monetária ao contrato ou, subsidiariamente, pela fixação do índice oficial deste E. TJRJ para fins de atualização do débito sub judice. Uma vez que o contrato foi reequilibrado levando-se em conta o desconhecimento das cláusulas entabuladas, entendendo cabível o pleito subsidiário, de modo a fixar índice de correção monetária que não seja favorável a uma ou outra parte, refletindo apenas a inflação ocorrida durante o período da mora. Precedente: 0407094-72.2013.8.19.0001 - Apelação - Des(a). Marcos Alcino de Azevedo Torres - Julgamento: 27/02/2015 - 27ª Câmara Cível Consumidor.19. Danos morais não caracterizados. O prejuízo se limita aos danos materiais, diante da ausência de informação clara no ato da contratação, sendo certo que os fatos narrados na inicial acarretaram consequências meramente patrimoniais, não possuindo o condão, por si só, de provocar dor, angústia ou constrangimento capaz de ferir a moral e a dignidade da autora, configurando mero aborrecimento da vida cotidiana. Inexistência de negatização dos dados da demandante ou outro constrangimento capaz de ferir seus direitos da